



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Adolescência.

CONSTRUINDO HISTÓRIAS COM ADOLESCENTES METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA DESCONSTRUÇÃO DO MACHISMO

PAULA MARTINS SIRELLI¹

DANIEL FRANCISCO DE SOUZA SANTOS²

TARCÍSIO CONCEIÇÃO OLIVEIRA³

LÍVIA TORRES PINHEIRO⁴

VICTORIA DE PALMA NENO ROSA⁵

Resumo: As relações sociais no capitalismo se pautam em exploração e opressão. As formas de se relacionar entre homens e mulheres reproduzem opressões e desigualdades que tem base econômica, política e cultural, mas perpetuadas e naturalizadas. Este artigo reflete sobre as possibilidades de questionamento do patriarcado e de construção de relações diversas das que são estabelecidas e reproduzidas no contexto familiar e social em que vivem os adolescentes. A partir de uma experiência extensionista com grupos de adolescentes em uma escola pública refletimos sobre a necessidade de desconstrução do machismo a partir da utilização de metodologias participativas.

Palavras-chave: adolescência; patriarcado; metodologias participativas.

Abstract: Social relations in capitalism are based on exploitation and oppression. The ways of relating between men and women reproduce oppressions and inequalities that have an economic, political and cultural basis, but perpetuated and naturalized. This article reflects on the possibilities of questioning the patriarchy and the construction of diverse relationships of those that are established and reproduced in the family and social context in which the adolescents live. From an extensionist experience with groups of adolescents in a public school we reflect on the need to deconstruct machismo from the use of participatory methodologies.

Keywords: adolescence; patriarchy; participatory methodologies.

1. INTRODUÇÃO

As relações sociais no capitalismo se pautam em relações de exploração e opressão. As formas de se relacionar entre homens e mulheres reproduzem opressões e desigualdades, sofrimento e violência. Estas desigualdades não

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <paulasirelli@yahoo.com.br>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

são naturais, mas perpetuadas e reproduzidas nas formas de se relacionar com si mesmo e com o outro. “Papeis sociais”, estereótipos, são construídos e conferem a homens e mulheres formas tidas “naturais” de se relacionar. Estes “papeis sociais” não são construções aleatórias, mas tem funcionalidade econômica, política e cultural, e são tão arraigados que as instituições mais importantes da sociedade o reproduzem – família, igreja, Estado, escola etc.

A família tem papel central na construção de estereótipos que envolvem o que é ser homem e o que é ser mulher nessa sociedade – na forma de se relacionar cotidiana, na forma como constrói relações entre si e com o mundo exterior, nas expectativas que são colocadas em cima dos filhos – diferentes para meninos ou meninas, na forma como educa e como responde necessidades que são típicas da infância e da adolescência.

A adolescência é uma fase importante de “testar” aquilo que foi construído na família – momento em que o sujeito se lança no mundo externo, que constrói laços, que se afasta das figuras maternas e paternas para construir suas próprias possibilidades de escolha, de estabelecer laços de identificação – reproduzindo ou não o que foi ensinado pela família.

Mas será que se trata mesmo de uma escolha? Quais possibilidades o adolescente tem de construir uma vida diversa das relações que são estabelecidas e reproduzidas no contexto familiar e social em que vivem desde a infância? É possível fazer uma aposta que estes sujeitos tem capacidade de questionarem as certezas ouvidas e vividas, em especial no que diz respeito aos “papeis” que cabem a homens e mulheres? É possível mudar as formas de consciência destes sujeitos em formação, sem alterar substancialmente as condições objetivas de sobrevivência?

É fazendo esta aposta que um grupo de professores, estudantes e profissionais de Rio das Ostras, uma cidade de médio porte do interior do estado do Rio de Janeiro, vem construindo desde o ano de 2017 um conjunto de ações no Colégio Municipal Professora América Abdalla voltados para os alunos do ensino fundamental com o objetivo de contribuir para que os adolescentes consigam viver esta fase da vida de forma mais autônoma, com maior autonomia sobre o corpo, a sexualidade e a própria vida. Tem sido uma

experiência de construção coletiva, envolvendo professores dos cursos de Serviço Social, Enfermagem (UFF – Rio das Ostras) e Psicologia (Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora), além de profissionais da rede de saúde e educação do município. As ações na referida escola são vinculadas ao Projeto de extensão “(Des)embarazo: extensão popular em saúde e prevenção da gravidez na adolescência em escolas da rede pública (Rio das Ostras, RJ, 2018)”. Hoje o Projeto conta com 10 estudantes dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem vinculados a ele.

As oficinas são preparadas de forma coletiva entre a equipe e o professor de filosofia do ensino fundamental, que sede as aulas e acompanha as atividades. Uma mesma oficina é realizada em duas turmas diferentes do 7º ano – em uma semana dividimos uma turma em 2 grupos de aproximadamente 15 alunos, para que os temas possam ser trabalhados com uma configuração a mais participativa possível, dando voz a todos os adolescentes participantes, de forma que todos possam falar e se ouvir, compreendendo a fala como um veículo importantíssimo para a reflexão de questões que são comuns aos adolescentes.

O objeto de reflexão deste artigo é uma oficina realizada em maio de 2018 com duas turmas do 7º ano, cujo tema é a construção dos papéis sociais de sexo, dando ênfase as construções familiares e como os adolescentes podem reproduzir ou romper com esta lógica. Nosso objetivo é levar os participantes a refletir sobre a forma como se relacionam e se colocam nas relações interfamiliar e no ambiente externo a esta, e de que forma tais relações pautam e influenciam comportamentos e decisões. Ao desnaturalizar tais atitudes e comportamentos, pretendemos que os adolescentes possam se questionar e construir relações mais democráticas entre os sexos.

As oficinas foram pensadas pela professora e por um grupo de alunos do curso de serviço social. Foram realizadas duas oficinas com a turma 703 em uma semana. Após uma avaliação da mesma pelo grupo, algumas mudanças foram sugeridas de forma a tentar envolver o grupo a construir alternativas possíveis para situações cotidianas de opressão. Foram então realizadas novamente 2 oficinas, agora com a turma do 705. Após foi elaborado um

relatório pelos alunos juntamente com outra avaliação, após a mudança metodológica proposta na primeira oficina. É esse processo que será analisado aqui.

2. RELAÇÕES PATRIARCAIS, CAPITALISMO E FAMÍLIAS

Relações de opressão são perpetuadas em nossa sociedade. Uma das opressões mais fortes e que perpassa toda a vida dos sujeitos é o patriarcado. É ele que dá um “lugar” econômico, cultural, político e social a homens e mulheres. É o patriarcado que estabelece as relações de gênero. É importante estabelecer que o gênero é algo construído socialmente, ou seja, trata-se de uma construção a partir dos padrões de socialização de uma determinada sociedade. Em nossa sociedade, segundo Piscitelli (2009), as opressões que repercutem na vida cotidiana das mulheres são usualmente justificadas por meio de uma naturalização de papéis sociais desiguais. Tais papéis representam atribuições e comportamentos que devem ser apropriados por determinado gênero - por exemplo, o trabalho doméstico é uma atividade exclusiva do gênero feminino.

Nem sempre as composições familiares se deram dessa maneira - em algumas tribos, a antropologia resgata a existência de famílias matrelíneas. Por meio dos estudos da antropologia, Sarti (1992) aborda as conceituações que envolvem tal grupo social concreto e discorre sobre os sistemas de parentesco através de uma estrutura formal universal a qual ao apontar os elementos constitutivos desse sistema aponta o casamento/aliança como fundamental para conceber a família bilateral (nuclear). Isto, pois, ao afirmar que a formação da família trata-se de regras sociais, nega a ideia de que as famílias são construídas a partir de elementos puramente biológicos, mas a interpreta no terreno da cultura, tratando-se, portanto de figuras sociais pré-estabelecidas e normas/conduas socialmente criadas. O casamento e o tabu do incesto, por exemplo, possuem funções sociais: de estabelecer o lugar do

filho e não de legitimar as relações sexuais entre homem e mulher, de afirmar uma organização social que historicamente se deu por uma aliança entre povos ao excluir as relações incestuosas das possibilidades dos sujeitos ao invés de ser o incesto simplesmente proibido de maneira natural.

Se partirmos da elaboração de Engels (1987) sobre a construção da família na modernidade enquanto instituição da estrutura capitalista, observamos que com o advento do capitalismo os papéis sociais centrados na binaridade dos gêneros passam a ser centrais para produção e reprodução do sistema de produção. O autor abordará tal fenômeno por meio das estruturas do materialismo histórico-dialético ao qual classifica a família como uma instituição econômica no seio burguês e os papéis sociais como relevantes para a produção e reprodução do sistema. Isto é, na família bilateral, a figura paterna possui função social de “chefiar” e de ser provedor, enquanto a figura materna busca especializar-se no cuidado do lar e dos filhos. É a partir desse momento que se consolida na modernidade a centralidade do homem e a sujeição da mulher, isto, pois, a mulher, segundo Engels, é a primeira propriedade privada no sistema capitalista. Ou seja, o patriarcado se explicita como forma de controle social de um sistema de produção dominador que posiciona a família como uma instituição que compõe a superestrutura de uma estrutura baseada na exploração e dominação dos indivíduos sociais. Logo, o patriarcado tem funcionalidade econômica de sustentação do modo econômico vigente.

Safiotti (1987) irá discorrer sobre as funções e as delimitações dos gêneros e suas conseqüências na vida dos sujeitos, principalmente na qualidade de vida da mulher. Faz uma análise sobre os papéis sociais do homem e da mulher na sociedade burguesa, mais precisamente sobre o poder do homem sobre a mulher em diversos campos da vida cotidiana. Isto é, “ser mulher” para a sociedade burguesa significa precisamente cumprir claras funções sociais que empobrecem e violentam suas trajetórias de vida. É importante salientar o quanto o campo ideológico propicia a naturalização de tais papéis sociais e suas atribuições. Em uma passagem discorrerá sobre os fenômenos naturais e as elaborações sociais que os causam, cita a própria

maternidade como um fenômeno construído socialmente e não como uma convenção puramente natural, ou seja, afirma que a maternidade sofre um processo de naturalização pelo fato da mulher ter a capacidade de conceber bebês, para isso situa o próprio parto como um evento que varia em determinados momentos históricos. É a partir de tal perspectiva que busca desnaturalizar a função doméstica da mulher e o papel social que dá a determinado gênero um lugar de submissão. Segundo a autora, sobre a formação do papel social da mulher e a sua sujeição ao homem, é por meio de suas capacidades biológicas que suas funções sociais são lhe atribuídas:

Em muitos cenários, a vinculação entre qualidades femininas e a capacidade de conceber filhos e dar luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação. (1987, p.119).

Nesse sentido, a compreensão de que para além de determinantes biológicos, a família é primeiramente instituída econômica, política e culturalmente – entrelaçada com um modo de produção e construída por determinada estrutura, é imprescindível para que se entenda, por exemplo, a formação de novos arranjos familiares, pautados na diversidade sexual e de gênero e na inadmissibilidade da violência nos diversos espaços. Infere-se, então, que a desnaturalização é imprescindível para que possamos viabilizar possibilidades de escolha aos sujeitos. Nesse momento, algumas contribuições são importantes: segundo Sarti (1992) esse movimento é necessário para que possamos compreender a família como instituição em transformação, essa a qual seus elementos constitutivos podem ser transformados de acordo com as reivindicações dos sujeitos. Já de acordo com Engels (1984), ao afirmar que com a extinção da propriedade privada a situação dos homens e mulheres em muito mudaria, o autor faz um questionamento que muito se complementa com a posição de Safiotti (1987) que supõe que os sujeitos só poderiam ser plenos no prazer quando não são cerceados em nenhuma dimensão de sua personalidade.

É nesta família, marcada pela situação de exploração de classe e opressão de gênero, que crescemos e construímos nossas relações objetivas e

subjetivas. Cisne (2014) aborda a relação umbilical entre família, divisão sexual do trabalho e reprodução social, colocando a família como uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres. É no interior da família que se perpetuam as relações desiguais e conservadoras, que ensina as crianças a aceitarem e reproduzirem as desigualdades de classe e gênero. A família não é a única instituição responsável por esta reprodução, mas, por fazer parte do mundo “privado”, é o primeiro local que a criança tem contato com esta forma de se relacionar – forma esta que será reafirmada adiante pela escola e pela igreja.

A adolescência é o momento que o sujeito tem possibilidade de fazer escolhas, de ter contato com temas e realidades diferentes daquelas oferecidas pela família – é por isso então um momento privilegiado de colocar em questionamento aquilo que foi sendo reproduzido e vivenciado como natural.

Diante disso, questionar os valores patriarcais transmitidos e reproduzidos pelas famílias e outras instituições é fundamental para trabalhar o cuidado e a responsabilidade sobre as escolhas dos adolescentes. É impossível contribuir para a construção de uma autonomia sem questionar os papéis sociais que colocam as mulheres em um lugar de subalternidade. Mas fazer apenas um repasse de informações, “dar uma aula”, entretanto, é insuficiente para trazer questionamentos e mudanças. É preciso trazer reflexões a partir da vivência cotidiana destes sujeitos. E é isso que nos propomos através das oficinas.

3. METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO TRABALHO COM ADOLESCENTES

As atividades do Projeto (Des)Embarazo, que está sendo analisado aqui, são realizadas através da Pesquisa-Participativa em Saúde. Esta se caracteriza enquanto uma abordagem que se efetiva a partir da construção coletiva a qual todos que compõem o cenário participam e são responsáveis

por determinar os rumos da ação, por construírem as intervenções e partilharem dos resultados construídos durante o processo. Nesse sentido, as ações são realizadas por meio de oficinas as quais tem por finalidade construir um ambiente democrático em que os adolescentes se sintam confortáveis para permutar vivências entre si e com os próprios profissionais e graduandos, que em muito contribuem com o processo quando também se abrem e partilham experiências que venham a instigar o debate. Destacamos, portanto, a relevância da construção de vínculos que fortaleçam a troca de saberes que se pretende alcançar durante as ações para que se estabeleça um ambiente que rompa com posições hierárquicas no que se refere à abordagem de assuntos que dizem diretamente das trajetórias de todos que estão presentes.

Tendo em vista as diversas problemáticas que os adolescentes enfrentam diante de relações sociais profundamente desiguais baseadas em fortes ideologias de dominação que permeiam a sociedade brasileira, como o patriarcado, o racismo e as classes sociais, assim como o processo de desumanização que estas submetem tal segmento populacional e gera diversas formas de violência, discriminação etc., as oficinas têm por objetivo o estímulo de práticas de cuidado com si próprio e com o outro. São estimuladas reflexões sobre a realidade que lhes atravessa por uma perspectiva ética, evidenciando a autonomia enquanto sujeitos históricos, capazes de produzir conhecimento por uma via que vai à contramão dos paradigmas dominantes de gerir as relações sociais, trabalhando com uma metodologia de ensino-aprendizagem que parte do princípio da emancipação e que se opõe aos moldes positivistas de educação que se configuram enquanto projetos educacionais referentes ao projeto societário burguês. Tais metodologias tem por finalidade última o fomento de ideias críticas que possam vir a abalar as estruturas sociais funcionais ao sistema capitalista de produção.

Pensar uma metodologia para abordar os papéis sociais de sexo com os alunos de forma a desnaturalizar as relações patriarcais consiste em trazer à tona ao grupo problemas que são corriqueiros e cotidianos em meio à sociedade de lógica binária-patriarcal – situações vivenciadas pelos próprios adolescentes em seu cotidiano. A metodologia de trabalho busca partir sempre

de experiências concretas dos adolescentes, de forma a construir reflexões a partir da concretude da vida material destes sujeitos. Para Oficina de “Papeis sociais de sexo” a metodologia utilizada foi a contação de uma história. A equipe elaborou uma história fictícia com personagens adolescentes, evidenciando seu cotidiano permeado pelas relações patriarcais e por valores da sociedade burguesa para suscitar o debate e as reflexões entre os participantes. Na história havia um evidente conflito relacionado às posições sociais de homem e mulher na sociedade, englobando funções de trabalho, violências motivadas pelo pensamento machista, à posição central de um gênero em detrimento a outro, questões subjetivas de afetividade e valores estéticos de imposição de um padrão de beleza para as mulheres, vertente racista. Enfatizamos que tais contos devem constar elementos que de certa forma se aproximem das vivências dos adolescentes e que carreguem em si potencialidade em instigá-los a questionar determinada realidade social.

A dinâmica consistiu em dois passos: separar a turma em dois grupos de em média 15 integrantes. Explicamos no que consiste a oficina, lemos a história para eles e problematizamos juntamente aos adolescentes o caso, incitando suas próprias opiniões sobre o assunto e certamente, conduzindo o debate por uma via ética.

Após, os convocamos para elaborarem uma solução para a história, desta vez sem o apoio da equipe, trocando posteriormente os resultados entre os grupos. Ou seja, primeiramente garantimos que a partir do recorte trazido por nós, os adolescentes pudessem vir a refletir sobre o assunto, partindo de suas próprias experiências e associando a situações que possivelmente presenciavam em seus espaços de convivência, como seus lares, família, amigos e a própria escola e etc., certamente com o apoio dos profissionais e graduandos ao estimular o debate, porém no intuito de poderem identificar e compreender o problema das disparidades de gênero a partir de suas próprias vivências. Assim, tal movimento impulsiona a relação com o conteúdo por parte dos adolescentes de maneira ativa, a qual os próprios constroem as bases singulares para compreensão do problema, através de um processo em que repensam posturas e se abrem para novos conhecimentos.

Ao final, fomentamos a reflexão autônoma e o protagonismo, no momento em que pedimos para que construam uma resposta ao conflito discutido, partilhando os resultados com o outro grupo e trocando conhecimento de forma dinâmica e ativa. Tal ação, que para além de propiciar o fortalecimento do processo de aprendizagem por uma perspectiva de autonomia do sujeito, impulsiona o comprometimento do adolescente com o mundo a sua volta, isto é, evidenciando seu posicionamento frente a uma realidade existente e que o mesmo compõe e está inserido. Garante-se assim, que a metodologia da oficina tenha como finalidade o processo de ensino-aprendizagem de maneira a propiciar aos adolescentes uma relação com o conhecimento de maneira a emancipá-lo, de favorecer a movimentação do sujeito em prol de melhorias em seu meio de convivência, possibilitando que busquem transformações dentro de suas possibilidades e construam práticas de cuidado consigo e com o outro a partir da problematização da realidade, isto é, de seus valores que são historicamente naturalizados. Sendo assim, temos em mentes que se trata de uma sociedade que cultiva valores conservadores em suas estruturas, a apropriação ativa por parte do adolescente de tal conhecimento se trata de libertá-lo de relações desumanas.

A metodologia utilizada na oficina em muito se assemelha com os estudos sobre o método de aprendizagem problematizadora que se evidencia primeiramente nos estudos de Bordenave e Pereira (1982) e que Neusi Berbel (1998) se aprofunda ao tratar dos métodos de ensino na área da saúde, ao qual o processo de aprendizagem se fundamenta na ação/reflexão/ação, isto é, se realizando a partir de etapas, tem como ponto de partida a exposição de um problema real aos alunos, possibilitando que os mesmos dialoguem com o grupo e o problematizem para que em seguida elaborem uma resposta ao problema de acordo com o que construíram. Segundo a autora:

Volta-se para a realização do propósito maior que é preparar o estudante/ser humano para tomar consciência de seu mundo e atuar intencionalmente para transformá-lo, sempre para melhor, para um mundo e uma sociedade que permitam uma vida mais digna para o próprio homem. (BERBEL, pág. 145, 1998)

Mesmo Berbel utilizando esse método pedagógico com enfoque no Ensino Superior, nada impede que tal processo pedagógico dialogue com outros públicos. Certamente sem o devido rigor acadêmico, a utilização do uso da aprendizagem através da problematização também garante resultados qualitativos ao trabalhar questões relacionadas às relações sociais com o público adolescente. Inclusive, ocorrem no Brasil outras experiências que repensam o processo de ensino-aprendizagem com base na Metodologia Problematizadora na própria área da Educação Básica. Maria Regina Bach e Antonio Batista Carvalho (2007) partem dos ideais de Paulo Freire para afirmar a relevância de um processo educativo que tenha por finalidade à apropriação do conhecimento por parte dos alunos de maneira em que os mesmos enquanto sujeitos ativos e transformadores da realidade possam se relacionar com o conhecimento de forma a qual este o proporcione emancipação e não o contrário.

Portanto, tal metodologia se mostra eficaz no trabalho com adolescentes na perspectiva de desnaturalização da lógica patriarcal, pois a sua abordagem se dá de forma processual e mobilizadora, o que contribui bastante para a sincera apreensão das relações de dominação por parte dos adolescentes e os motiva a olharem para determinadas situações e lidarem com elas por uma via de mudança. Ou seja, através da exposição de problemas por meio de histórias que carreguem em si elementos reais de vivências cotidianas que possibilite aos adolescentes o contato com uma determinada realidade por uma ótica a qual a lógica dominante não privilegia, se produz meios potentes que possibilitam a desnaturalização uma ordem de gênero que possui em suas estruturas a negação de outras formas de se pensar os sujeitos sociais, isto, pois, o presente movimento suscitado parte do questionamento das relações sociais, de como se realizam, para que assim, aconteça a busca por transformação.

4. CONSIDERAÇÕES

Desconstruir relações tão funcionais ao capitalismo, como o patriarcado, é desafiador e revolucionário. Não à toa, as forças que tem domínio econômico tentam a todo custo reforçar as relações de dominação e exploração. A medida que discussões em torno de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, diversidade sexual e de gênero foram ganhando espaço, em especial no âmbito escolar, há uma resposta de reforço da hegemonia. No Brasil, esta resposta veio através do Projeto de lei Nº 867 - Escola sem Partido para Frigotto (2017, p. 18), tal Projeto tem um claro sentido ideológico e político:

Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

Tal Projeto vai de encontro ao que nossa proposta de extensão busca suscitar na escola – que é trazer luz e questionamento sobre diversidade sexual, ao fortalecimento do poder de escolha e decisão da mulher sobre sua vida, seu corpo e seu prazer, a possibilidade de construção de relações de poder mais horizontais entre homens e mulheres.

Para sermos aceitos na Escola, nossa proposta apresentada é a discussão da prevenção da gravidez na adolescência. Mas nos encontros cotidiano, damos o tom que acreditamos ser necessário às atividades. Entendemos, entretanto, que para ter uma maior resolutividade, seria importantíssimo estender esta discussão para os pais e professores, como os próprios adolescentes vem indicando. Este prolongamento da ação, entretanto, ainda é um desafio que se coloca no horizonte.

No que diz respeito a construção de identidades de gênero e sexuais no trabalho com adolescentes e jovens, temos, através de oficinas realizadas: construído reflexões sobre a vivência da sexualidade, a partir de questões amplas vinculadas a escolhas na vida sexual e reprodutiva, além da dimensão

simbólica e objetiva do corpo; bem como fomentado o debate acerca da construção das identidades de gênero e sexuais de forma responsável, saudável e planejada. Buscamos também co-responsabilizar meninos e meninas pelo planejamento da vida reprodutiva e prevenção de infecções sexualmente preveníveis, assim como potencializar adolescentes e jovens a reconhecer os diferentes tipos de violências sofridas cotidianamente e as estratégias de enfrentamento a partir do acesso e utilização da rede pública de saúde e assistência social.

Em quase dois anos de trabalho na escola, temos conseguido ampliar o número de adolescentes alcançados, mas ainda é um desafio estender este trabalho sócio educativo para pais e professores. Fortalecer a articulação política dos adolescentes e jovens, de forma que estes assumam espaços de construção de políticas públicas também, é um objetivo que está em nosso horizonte de médio prazo.

Desenhar políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens é urgente e estratégico por gerar efeitos imediatos e nas gerações futuras, como também, se justifica em função das elevadas taxas de violência, doenças e mortes evitáveis neste grupo geracional, uma expressão da questão social emergente com importantes recortes de classe, raça, gênero e território. O desenvolvimento de ações e serviços que assegurem direitos deste grupo exige um esforço intersetorial para superar a fragmentação de ações programáticas isoladas, além de potencializar a participação social de adolescentes e jovens.

Entendemos que suscitar reflexões que acarretem mudanças individuais e subjetivas nos adolescentes é imprescindível. Um grande desafio que se coloca para os profissionais é não “pedagogizar” e querer ensinar a participação engessada do universo adulto, mas construir metodologias que realmente envolvam partilha do poder de decisão. Essas decisões, entretanto, são insuficientes no âmbito individual. Precisam tomar o âmbito público, precisam chegar ao Estado – no âmbito municipal, especialmente. No Brasil, temos uma cultura política antidemocrática, que reproduz relações de poder econômico arcaicas, onde a demanda e as necessidades do mercado e do

grande capital sobressaem as necessidades populares. Os sucessivos cortes de gastos na política de saúde vem demonstrado isso. Mas a esfera política é uma esfera de disputa de projetos. Construir projetos que se baseie nas necessidades reais dos sujeitos adolescentes e jovens é urgente – e ninguém melhor que este segmento para tecer esta construção.

Esta participação, entretanto, não pode se limitar ao espaço escolar e às escolhas individuais dos adolescentes – embora sejam, sem dúvidas, momentos privilegiados de repensar o protagonismo deste segmento etário. Entretanto, a participação e o protagonismo dos adolescentes e jovens, para surtir efeitos materiais nas condições de vida e saúde, precisam ter uma dimensão coletiva – de influenciar na construção de políticas sociais públicas que atendam às necessidades deste segmento. E estas necessidades não se limitam a respostas pontuais e subjetivas.

O que observamos durante as oficinas é que os alunos desenvolvem laços potentes com os graduandos, reconhecendo-se nesses por questões de proximidade e etc. construindo assim, vínculos que são imprescindíveis para o trabalho com adolescentes e para a própria abordagem participativa. Há de ser considerado que boa parte dos adolescentes não conversam com seus familiares, professores ou profissionais de saúde sobre determinadas questões que surgem ou os afligem nesse momento de diversas transformações. Portanto, a confidencialidade e a cooperação devem ser o ponto de partida para a efetivação dos objetivos dos encontros.

O número de estudantes que participam das atividades dobrou do ano de 2017 para o ano de 2018, contribuindo para uma formação de qualidade aos estudantes de Serviço Social, baseada na experiência da Extensão e na construção coletiva, seguindo os moldes da ABEPSS (1996) sobre as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>

ATLAS da Violência 2017 . Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-ostras/panorama>. Acesso em: jun. 2018.

BACH, Maria Regina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **Metodologia da problematização como potencializadora da Educação Básica**. Cadernos PDE, O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2007. Paraná, 2007. V.2. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_unioeste_ped_md_maria_regina_bach.pdf

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A Problematização e a Aprendizagem baseada em Problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?. **Interface, Comunic, Saúde, Educ.**, fev.1998. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08.pdf>

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, p. 1-23, 1989.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CYRINO, Eliana Goldgarb; TORALLES-PEREIRA, Maria Lúcia. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p.780-788, maio/jun.2004.

ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Alemanha, 1884.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante; Fundação Rosa Luxemburg, Coletivo Sycorax.

FRIGOTTO, Gaudêncio (ORG). **Escola “sem” partido**: Esfinge que Ameaça a Educação e a Sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da Antropologia para o Estudo da Família. **Psicologia**, São Paulo: USP, p. 69-76, 1992.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo, 2009.